

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ARTES VISUAIS

KARINA TROMBIM GUILHERME

**MUDANÇAS DE ATITUDES DO DOCENTE E O
DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN
ATRAVÉS DA ARTE DE PINTAR**

CRICIUMA, NOVEMBRO DE 2011

KARINA TROMBIM GUILHERME

**MUDANÇAS DE ATITUDES DO DOCENTE E O
DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN
ATRAVÉS DA ARTE DE PINTAR**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciado do curso de Curso de Artes Visuais – (Licenciatura) da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Artes.

Orientadora: Maria Neiva Mezari Borges

CRICIUMA, NOVEMBRO DE 2011

KARINA TROMBIM GUILHERME

**MUDANÇAS DE ATITUDES DO DOCENTE E O
DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN
ATRAVÉS DA ARTE DE PINTAR**

Trabalho de conclusão de curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de licenciado no Curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

Criciúma, 11 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profª Maria Neiva Mezari Borges - Especialista - (UNESC) - Orientadora

Profª Angélica Neumaier - Especialista - (UNESC)

Profª Rosemaria Lourdes Bitencourt Brunel – Especialista - (UNESC)

Dedico esta pesquisa a minha filha Inaê, pela compreensão e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido e a minha filha, que com sua paciência e amor me apoiaram em cada momento.

Agradeço aos colegas, amigos imprescindíveis para amenizar o sofrimento e tornar o caminho mais alegre.

Agradeço a minha orientadora Maria Neiva, que compartilhou comigo seus conhecimentos e seu tempo, ajudando a transformar minhas dúvidas em sabedoria e as dificuldades em degraus para meu crescimento.

Agradeço a todos da UNESCO, professores e colaboradores, que marcaram minha vida e minha história.

Agradeço a Deus, cuja presença constante em meu caminho guiou meus pensamentos, meus atos e me trouxe até aqui em segurança.

"A teoria também se converte em graça material
uma vez que se apossa dos homens."

Karl Marx

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso denominado Mudanças de atitudes do docente e desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down através da Arte de pintar, cujo objetivo geral é Propiciar mecanismos para elaboração de soluções, mediante as mudanças de Atitudes do Docente para o desenvolvimento das Pessoas com Síndrome de Down e traz como problema: Como reconhecer e confiar em suas capacidades de superar dificuldades da Pessoa com Síndrome de Down através da Arte de Pintar.

John Langdon Down foi responsável por uma entidade de assistência a crianças com algum retardo mental que primeiramente realizou estudos sobre a Síndrome de Down, por ele denominada Mongolismo. Contudo, Down ateve-se exclusivamente às características demonstradas por essas crianças, e não ao que acontecia em seus corpos quando da ocorrência da SD. Ao contrário do que ocorria no passado, quanto tais pessoas eram escondidas e mantidas em instituições segregacionistas voltadas apenas ao atendimento aos deficientes, atualmente a sociedade cobra que tais crianças sejam integradas aos demais de modo a demonstrar que a diferença existente pode ser superada através da educação. As crianças com Síndrome de Down têm capacidade de se desenvolver tanto quanto as crianças sem a síndrome, porém, em um tempo diferenciado. O importante é respeitar esse tempo para que, cada criança em seu ritmo, tenha garantida a possibilidade de alcançar as mesmas conquistas. Para que isso aconteça, escolas e professores devem adaptar suas metodologias e ferramentas para as necessidades de tais crianças, evitando o foco na dificuldade, mantendo-o sempre nas capacidades de cada indivíduo. Se escola e professores prepararem-se para tal, certamente o desafio da inclusão tornar-se-á mais efetivo. O presente projeto denominado Mudanças de atitudes do docente e desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down através da Arte de pintar

Palavras chave: Síndrome de Down. Desenvolvimento. Inclusão. Professores.

LISTA DE ABREVIATURAS

CF : Constituição Federal

FSDOWN: Fundação Síndrome de Down

IBC: Instituto Benjamim Constant

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

SD: Síndrome de Down

UNESC: Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNESCO: United Nation Educationals and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO MUNDIAL	6
2.1 O ACESSO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	7
2.2 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.....	9
2.3 INCLUSÃO ESCOLAR	10
3 DEFICIÊNCIA.....	13
3.1 PATOLOGIA DA SÍNDROME DE DOWN	15
3.2 CARACTERÍSTICAS FISIONÔMICAS.....	17
3.3 CUIDADOS COM A SAÚDE.....	18
3.4 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO MOTOR, SOCIAL E EMOCIONAL, COGNITIVO E DA LINGUAGEM.....	19
4 ARTE.....	21
4.1 O ENSINO DA ARTE.....	21
4.2 ARTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	22
4.3 HISTÓRICO DA ARTE E PINTURA	23
4.4 A ARTE DE PINTAR CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN.....	25
5 FORMAÇÃO DOS DOCENTES.....	26
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS.....	27
5.2 METODOLOGIA APLICADA COM OS ALUNOS COM SD NA ARTE DE PINTAR	29
6 METODOLOGIA.....	31
7 PROJETO DE DOCÊNCIA	33
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Iniciei minha vida acadêmica no curso de pedagogia da UNESC, onde cursei apenas a primeira fase, nessa época o assunto “educação especial” estava sendo bastante abordado e discutido no curso, e num primeiro projeto da disciplina de metodologia científica da pesquisa, a professora solicitou que fizéssemos um projeto de pesquisa, onde abordei esse tema (Síndrome de Down), e então nesse momento já pensei que minha pesquisa final do curso poderia ser algo ligado com a educação especial.

A quarta fase do curso de artes visuais, com a disciplina Fundamentos e Metodologia da Educação Especial e o filme “O oitavo dia”, que contava a história de rapaz com Síndrome de Down, me fez interessar-me ainda mais pelo assunto e confirmar meu interesse por essa área de pesquisa.

A idéia de fazer um projeto aliando o ensino da arte com a educação especial despertou meu interesse, pois acredito que o ensino de qualidade para o aluno especial é algo que não deve ficar apenas no papel, na lei; mas sim que seja realmente colocado em prática de modo que o educador de Arte possa contribuir para o desenvolvimento e formação artística desses alunos.

Quando se trata da educação de pessoas com necessidades especiais, não se pode pensar e agir com indiferença, pois o aluno especial tem assegurado por lei, os mesmos direitos de aprender, experimentar coisas novas, desenvolver e demonstrar sua criatividade e suas habilidades.

Os alunos com síndrome de Down assim como outros alunos especiais apresentam dificuldades de coordenação motora, habilidade manual, percepção, e entendimento, porém com os estímulos adequados, têm total capacidade de alcançar o nível de desenvolvimento dos demais, diferindo somente no tempo necessário para isso.

O presente trabalho justifica-se pela importância de analisar e perceber as mudanças de atitudes do docente e o desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down através da arte de pintar.

Aprender e ensinar são processos ativos, mutáveis e variáveis, conforme as características pedagógicas do educador da região e dos próprios alunos. Além disso, são frutos de um trabalho coletivo onde o professor e os métodos são peças

fundamentais deste processo. O professor mediará as relações que o aluno terá com outras culturas em diferentes espaços e tempos.

Como ferramenta facilitadora da mediação de relações entre o aluno, o meio onde vive e até mesmo o mundo, encontra-se a arte. A arte é capaz de romper preconceitos, derrubar barreiras, eliminar diferenças e ampliar horizontes, tanto para os alunos que têm a possibilidade de desenvolver aptidões, quanto para educadores, que têm a possibilidade de ver seu trabalho desenvolver e estimular crianças e jovens sejam pessoas com necessidades especiais ou não.

A pintura, técnica artística que, através do uso de pincéis e tintas, permite ao aluno ver-se em um universo colorido e divertido, oferece ao educador a possibilidade de colocar todos os alunos de sua sala de aula em posição de igualdade, todos com as mesmas intenções, com os mesmos materiais e em um só espaço, criando, aprendendo e desenvolvendo-se como alunos, como pessoas e como artistas.

O tema estabelecido para o desenvolvimento do presente é: Mudanças de Atitudes e o desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down através da Arte de Pintar.

Como problema de pesquisa, estabeleceu-se: Como reconhecer e confiar em suas capacidades de superar dificuldades da Pessoa com Síndrome de Down através da Arte de Pintar.

As questões norteadoras definidas para facilitar a resposta ao problema de pesquisa são:

- As dificuldades psicomotoras causadas pela Síndrome de Down podem impedir o aluno de realizar atividades de pintura tal qual os demais?
- A SD impede o professor de usar os mesmos métodos didáticos para síndrômicos e não síndrômicos?
- A utilização de tintas e pincéis com crianças portadoras da SD pode auxiliá-las na socialização e interação com os demais?
- O aprendizado e o desenvolvimento podem ser beneficiados pelo uso da arte com crianças com SD?

Os objetivos foram estabelecidos para guiar a condução e desenvolvimento do presente. Como objetivo geral estabeleceu-se: Propiciar mecanismos para elaboração de soluções, mediante as mudanças de Atitudes do Docente para o desenvolvimento das Pessoas com Síndrome de Down.

Como objetivos específicos foram estabelecidos: identificar as principais características da Síndrome de Down; esclarecer as limitações e capacidades das pessoas com Síndrome de Down no campo pedagógico e artístico; caracterizar a história e o desenvolvimento histórico das técnicas de pintura; demonstrar os principais benefícios de desenvolvimento, socialização e integração obtidos por um grupo de crianças através da utilização de técnicas de pintura.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO MUNDIAL

Por educação especial pode-se citar a modalidade educacional voltada ao atendimento de crianças e jovens com necessidades especiais, sejam elas de cunho físico ou intelectual.

Segundo Sasaki (1997) a evolução da educação especial em diversos países do mundo pode ser descrita em quatro fases bastante distintas.

Conforme o autor, a primeira fase pode ser descrita como um período de descaso à pessoa deficiente. Sem cuidados e sem atendimento, essas pessoas eram abandonadas ou perseguidas, enquanto a sociedade percebia esse fato como normal, por tratar-se de um ser considerado diferente, anormal. (SASSAKI, 1997).

Cruz (2007, p.25) afirma, ainda, que “nas sociedades européias antigas, pessoas com deficiências eram geralmente relegadas ao segundo plano e os bebês como os da Síndrome de Down, com uma aparência muito evidente, muitas vezes eram abandonados para morrer de inanição”.

O segundo estágio abrange o século XVIII, até aproximadamente a metade do século XIX. Neste período, a pessoa com deficiência passou a ser institucionalizada, ou seja, foram criadas instituições para que essas pessoas fossem internadas, ficando assim isoladas, longe do convívio familiar e social. (SASSAKI, 1997).

No terceiro estágio, aproximadamente entre os séculos XIX e XX, surgem as escolas especiais, desenvolvidas para possibilitar que a pessoa com deficiência recebesse educação, porém, separada das demais. (SASSAKI, 1997).

Por fim, a partir do século XX, surge a luta pela integração escolar e social da pessoa com deficiência. Nesse período, desenvolveu-se o conhecimento de que é direito da pessoa com deficiência receber a mesma educação e as mesmas oportunidades das demais pessoas. (SASSAKI, 1997).

O processo de desenvolvimento da educação especial foi bastante longo, sendo que, atualmente escolas em todo mundo admitem crianças e jovens com algum tipo de deficiência, seja física ou mental, a participarem de uma classe composta por pessoas assim denominadas ‘normais’.

2.1 O ACESSO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Constituição Federal brasileira, escrita em 1988, estabelece como direito universal, sem distinção de nenhuma natureza, educação, saúde, cultura, entre outros, independentemente da existência de alguma deficiência de qualquer ordem.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

O Art. 227 da CF estabelece família e Estado como responsáveis pelo bem-estar e acesso aos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Seja qual for o tipo de deficiência apresentado, a pessoa tem seus direitos garantidos. Qualquer forma de exclusão ou empecilho para que a pessoa tenha acesso aos direitos estabelecidos pela lei será considerado crime, conforme estabelece a Lei nº 7.853/89.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. (BRASIL, Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989).

Esta Lei é direcionada à pessoa com deficiência, visando assegurar o acesso pleno ao sistema educacional, materiais, merenda e bolsas de estudo.

Em 1993 foi instituída a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência, através da qual a pessoa com deficiência passa a caracterizar-se como qualquer pessoa que devido a problemas psicológicos, fisiológicos ou anatômicos tenha limitado o desempenho de atividades consideradas normais para o ser humano.

Art. 3º Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (BRASIL, Decreto nº 914 de 06 de setembro de 1993).

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 ou Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, apresenta o Capítulo V totalmente voltado à educação especial.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

Esta Lei esclarece os direitos da pessoa com deficiência, bem como os deveres do sistema educacional, ou seja, das escolas e instituições de ensino.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares

disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

Conforme afirma o Senador Eduardo Azeredo (2003), a Legislação Brasileira de proteção ao portador de deficiência é uma das mais avançadas do mundo, porém, tirar a lei do papel e garantir melhor qualidade de vida e inclusão social a essas 24,6 milhões de pessoas ainda constitui um grande desafio para todos os brasileiros.

2.2 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A Declaração de Salamanca trata-se de uma resolução das Nações Unidas quanto à educação especial. Entre os dias 07 e 10 de junho de 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representantes de noventa e dois países reuniram-se em Salamanca, na Espanha, para discutir os princípios e políticas da educação especial no mundo. (UNESCO, 1998).

De acordo com a Declaração de Salamanca:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;
As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1998).

Cabe aos governos conceder prioridade, através das medidas de políticas e orçamentais, ao desenvolvimento dos sistemas educativos, para que estes possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades de cada um, adotar como matéria de lei o princípio da educação inclusiva, admitir todas as crianças nas escolas regulares, encorajar o intercâmbio com países experientes no que se refere à educação inclusiva, planejar, supervisionar e avaliar a educação

dada a crianças e adultos com necessidades educativas especiais, encorajar a participação dos pais e sociedade no planejamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais, garantir que os programas de formação de professores incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas. (UNESCO, 1998).

A Declaração de Salamanca serviu como base para que os países participantes percebessem a importância da educação inclusiva e passassem a voltar suas políticas e recursos para esse tipo de educação.

2.3 INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar busca proporcionar as pessoas com deficiência a possibilidade de conviver com outros indivíduos sem deficiência de modo igualitário, recebendo a mesma educação e as mesmas oportunidades.

Segundo Voivodic (2008), a inclusão escolar no mundo teria se originado aproximadamente na década de 60, período em que a psicanálise tomou força, as pessoas passaram a valorizar os direitos humanos e os manicômios foram gradativamente eliminados.

A inclusão, historicamente, também está ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência. Na Europa os movimentos de pais de crianças com deficiência visavam convencer a sociedade e as autoridades públicas a incluírem seus filhos em situações comuns de ensino. (VOIVODIC, 2008, p. 22).

No âmbito brasileiro, a inclusão escolar recebeu influências da Liga Mundial pela Inclusão, projeto dos países europeus, cujo intuito era lutar pelo fim do isolamento de deficientes em instituições segregacionistas. (VOIVODIC, 2008).

A Liga Internacional pela Inclusão do Deficiente Mental surgiu na Bélgica para estimular o desenvolvimento de crianças com deficiência mental e também influenciou fortemente o processo de inclusão escolar no Brasil. (VOIVODIC, 2008).

A educação é um fator eficiente e de grande importância para a inclusão e minimização das diferenças, além de diminuir a discriminação existente.

Para Voivodic (2008, p. 17), “[...] a educação é importante, como fator de transformação para todos os indivíduos, uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades educativas especiais, torna-se fundamental para os indivíduos

com deficiência mental”.

Garantir à pessoa com Síndrome de Down o direito de estudar em uma escola regular faz com que a diferença torne-se algo normal, sem que exista o sentimento de inferioridade ou superioridade de uma ou outra.

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente. (MANTOAN, 2006, p.17).

De modo a assegurar a eficiência do processo de inclusão, é preciso que esta se inicie cedo, permitindo que desde o início de seu desenvolvimento, a criança perceba e entenda que as diferenças existem somente nas características, não nos direitos e no respeito as outras pessoas.

Todavia, apesar da importância da inclusão para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, alguns educadores, familiares e pessoas sem deficiência ainda têm certa resistência ao processo inclusivo.

O tema inclusão tem suscitado inúmeros debates sobre suas vantagens e desvantagens, evidenciando posições polêmicas e controversas entre educadores e especialistas. Encontramos, em um dos extremos, posições que advogam a inclusão de todos os alunos, independente de sua deficiência, em classes comuns, com a eliminação dos serviços de apoio e recursos auxiliares; no outro extremo, encontramos posições que vêem a inclusão como utópica e inviável em nossa realidade educacional. (VOIVODIC, 2008, p. 15)

Cabe à escola, com apoio do Estado, das famílias e da sociedade assegurar que o processo de inclusão escolar será devidamente realizado, fazendo com que a pessoa com deficiência, além das dificuldades e limitações impostas pela deficiência que apresenta, tenha que ainda contentar-se com educação e oportunidades inferiores.

A importância do estímulo afetivo na escola, principalmente em circunstâncias com crianças com necessidades especiais, parece ser um aspecto decisivo para a formação da personalidade e para a aprendizagem de todos os alunos. Assim, a escola deve estar atenta para que uma ideia de educação escolar inclusiva possa contribuir também como espaço de formação de personalidades infantis sadias, num contexto de afetividade mútua entre participantes, que são professores, alunos, direção e pais. (SELAU, 2007, p. 97)

Segundo Branco, (2007, p.45) “[...] a escola precisa oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamentos e atitudes, baseados na diversidade humana e nas diferenças individuais dos seus alunos”.

“A sociedade já reconhece que algum tipo de educação é necessário a esses sujeitos, mas parece que este direito – o de aprender e se fazer cidadão – lhes está reservado somente em doses homeopáticas”. (BIANCHETTI E FREIRE, 1998, p. 55).

3 DEFICIÊNCIA

Caracteriza-se como deficiente a pessoa que apresente uma limitação ou disfunção de alguma capacidade física ou mental.

O termo “deficiente” é bastante abrangente, podendo ser usado para caracterizar uma pessoa com um déficit de audição, visão, mobilidade, motricidade, entre outros, seja esse déficit causado por doença ou acidente. Em outras palavras, deficiente é a pessoa que apresenta necessidades especiais frente as demais pessoas.

Esta compreensão dinâmica da história é que leva os estudiosos a refletirem sobre o passado, a fim de que possam compreender o presente da realidade social dos corpos deficiente. Ser corpo deficiente não é um acontecimento novo, isolado, como também não é o fato de esses corpos serem estigmatizados, desvalorizados, discriminados pelas leis, valores e sentimento ao longo da história humana. Este cenário está registrado na história cultural das sociedades (GAIO E MENEGHETTI, 2004, p. 15).

De acordo com o IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2000, 24,6 milhões de brasileiros, 14,5% da população, se declararam portadores de alguma deficiência, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 01 – Número de pessoas com deficiência no Brasil

TIPO DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO RESIDENTE
Mental	2.844.937
Física	1.416.060
Visual	16.644.842
Auditiva	5.735.099
Motora	7.939.784

Fonte: IBGE, 2000

Segundo o Instituto Benjamin Constant, IBC (2011, p. 01), considera-se deficiente a pessoa que “apresente, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o

ser humano”.

As deficiências podem ser congênitas, quando acompanham a pessoa desde o período intra-uterino, ou adquiridas, quando resultam de doença desenvolvida após o nascimento ou acidente. De acordo com suas características peculiares e a área do corpo atingida pela sua incidência, a deficiência recebe diferentes classificações.

Como deficiências físicas ou motoras podem-se citar:

Paraplegia: Perda todas das funções motoras.

Paraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.

Monoplegia: Perda parcial das funções motoras de um só (podendo ser superior ou inferior).

Monoparesia: Perda parcial das funções motoras de um só membro (podendo ser superior ou inferior).

Tetraplegia: Perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores.

Tetraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros superiores e inferiores.

Triplegia: Perda total das funções motoras em três membros.

Triparesia: Perda parcial das funções motoras em 3 membros.

Hemiplegia: Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

Hemiparesia: Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo. (direito ou esquerdo) (IBC, 2011, p. 01).

Por paralisia cerebral pode-se descrever uma lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, acarretando alterações psicomotoras que podem causar deficiência mental, ou podem não gerar consequências. (IBC, 2011).

Comumente, a pessoa com paralisia cerebral apresenta movimentos involuntários, espasmos musculares repentinos (rigidez) ou hipotonia (flacidez), além de falta de equilíbrio.

A deficiência mental caracteriza-se quando padrões intelectuais são reduzidos em nível leve, moderado, severo ou profundo. O comportamento adaptativo também apresenta comprometimento. (IBC, 2011).

A deficiência visual caracteriza-se pela perda ou redução de capacidade visual nos dois olhos e em caráter definitivo, desde que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. (IBC, 2011).

A deficiência auditiva inclui a perda de audição leve, moderada, severa e profunda. (IBC, 2011).

3.1 PATOLOGIA DA SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down (SD) pode ser conceituada como uma anomalia genética que ocorre ainda durante o desenvolvimento do feto, que causa dificuldades físicas e psicomotoras nos portadores.

Para Stray-Gundersen (2007, p. 15) a Síndrome de Down “ocorre igualmente em meninos e meninas. É um dos defeitos congênitos mais comuns, apresentando-se em todas as raças, grupos étnicos, classes socioeconômicas e nacionalidades. Pode acontecer a qualquer pessoa”.

Não existem provas científicas que determinem as causas do desenvolvimento da SD, porém, cientistas acreditam que a idade da mãe é um fator relevante.

As mulheres nascem com uma quantidade fixa das células germinativas primordiais que originam os óvulos e não produzem novos óvulos durante sua vida. O processo de meiose que resulta nesses óvulos inicia-se enquanto a mulher ainda está no estágio de feto. Os óvulos permanecem em um estado de suspensão até que a meiose se complete, pouco antes da ovulação. É possível que, à medida que os óvulos envelhecem e permanecem suspensos em sua meiose durante muitos anos ou décadas, aconteça algo que leve os cromossomos a se manterem unidos ou não se separarem apropriadamente. (STRAY-GUNDERSEN, 2007, p. 26/27).

A SD é uma condição bastante antiga, não sendo possível precisar seu surgimento, porém, sempre foi motivo de discriminação e sofrimento.

Cruz (2007, p.25) afirma que “nas sociedades européias antigas, pessoas com deficiências eram geralmente relegadas ao segundo plano e os bebês com Síndrome de Down, com uma aparência muito evidente, muitas vezes eram abandonados para morrer de inanição”.

O autor afirma ainda que:

Nos primeiros tempos do Brasil, esses sujeitos eram abandonados, poderiam também ser vistos como ‘filhos do pecado e do diabo’, mas poderiam ser acolhidos como obra divina. Com o tempo, passaram a ser segregados em instituições para loucos, em hospitais psiquiátricos. (CRUZ, 2007, p.18).

De acordo com a Fundação Síndrome de Down – FSDown, há três tipos de alterações genéticas que podem causar a SD. A alteração mais comum,

responsável por 95% dos casos, é a trissomia do cromossomo 21. A trissomia 21 é uma alteração ou anomalia genética ocorrida durante a divisão celular do embrião.

A pessoa com Trissomia 21 possui 47 cromossomos ao invés de 46 como ocorre com as pessoas sem a Trissomia, sendo que em geral o cromossomo extra está ligado ao par 21. (FSDOWN, 2011).

A trissomia livre ou simples ocorre quando a pessoa apresenta 47 cromossomos em todas as células devido a um erro da separação dos cromossomos nos gametas maternos ou paternos. Nesse caso, todas as células são trissômicas, têm três cromossomos bem definidos e separados entre si no par número 21. Noventa e cinco por cento das pessoas com Síndrome de Down possuem trissomia livre (CRUZ, 2007, p. 20).

A translocação também é uma forma de Síndrome de Down e ocorre quando os indivíduos afetados possuem 46 cromossomos, mas o material genético é de 47, porque o cromossomo adicional 21 foi conectado a outro cromossomo, em geral o 14 e o 22. (FSDOWN, 2011).

O mosaicismos é resultado de um erro na separação cromossômica durante a divisão celular no embrião.

Em 3 a 4% dos casos de síndrome de Down, o cromossomo 21 extra está fisicamente ligado a um segmento terminal de outro cromossomo, rearranjo cromossômico que é denominado translocação. Frequentemente, o cromossomo 21 extra está translocado para o braço curto de um dos cromossomos do par 14. Nestes casos, o cariótipo do afetado pela síndrome de Down tem 46 cromossomos, sendo que um desses cromossomos é rearranjado, com um cromossomo 21 translocado. (CENTRO DE ESTUDO DO GENOMA HUMANO, 2011).

A Síndrome de Down trata-se de um acidente genético e, portanto, ocorre ao acaso durante a divisão celular do embrião.

Em uma célula normal da espécie humana existem 46 cromossomos divididos em 23 pares, já o indivíduo com Síndrome de Down possui 47 cromossomos, sendo o cromossomo extra ligado ao par 21. (FSDOWN, 2011).

Na maioria dos casos, o diagnóstico é feito pelo pediatra ou médico que recebe e examina a criança assim que nasce. Esse médico leva em consideração as características fenotípicas comuns às pessoas com a Síndrome, porém, a confirmação só ocorre após o exame de cariótipo, ou análise citogenética. (FSDWON, 2011).

3.2 CARACTERÍSTICAS FISIONÔMICAS

Características como olhos e boca pequenos, baixo tônus muscular, face mais alargada, ponte nasal mais plana que em outros bebês, são algumas das características físicas de crianças com síndrome de Down, que podem apresentar ainda problemas cardíacos, endocrinológicos, entre outros.

As características mais comuns são: hipotonia muscular generalizada, ou flacidez, fenda palpebral oblíqua, prega palmar transversa única, rosto achatado, ponte nasal larga e deprimida, orelhas com baixa implantação, entre outras (FSDOWN, 2011).



Figura 1: Características da Síndrome de Down
Fonte: Jornal Viva Brasil, 2011

O médico John Langdon Down conduzia uma instituição de atendimento a crianças com retardos mentais quando fez suas primeiras observações sobre a doença, distinguindo entre crianças com Cretinismo (hipotireoidismo congênito) e aquelas que ele denominou “Mongolóides”. (LESHIN, 1997).

A grande família Mongólica apresenta numerosos representantes e pretendo neste artigo chamar atenção para o grande número de idiotas congênitos que são Mongóis típicos. O seu aspecto é tão marcante que é difícil acreditar que são filhos dos mesmos pais [...] O cabelo não é preto, como em um Mongol típico, mas de cor castanha, liso e escasso. A face é achatada e larga. Os olhos posicionados em linha oblíqua, com cantos internos afastados. A fenda pálpebra é muito curta. Os lábios são grossos, com fissuras transversais. A língua é grande e larga. O nariz, pequeno. A pele, ligeiramente amarelada e com elasticidade deficiente. É difícil acreditar que se trate de um europeu, mas pela freqüência com que estas características são observadas, não há dúvida de que estes aspectos étnicos resultam de degeneração. O tipo de idiotia Mongólica ocorre em mais de 10% dos casos que tenho observado. São sempre idiotas congênitos e nunca resultam de acidentes após a vida uterina. Eles são, na maioria, exemplos de degeneração originada de tuberculose nos pais (DOWN, 1886, p. 28).

O médico nomeou essa população de condição específica com base na aparência bastante evidenciada dos mesmos, similar ao povo da Mongólia, que se acreditava ter um desenvolvimento retardado.

De acordo com Cruz (2007, p. 17), “a pesquisa de Down é feita a partir da análise dos sintomas, o que permitiu a ele classificar a doença a partir de sintomas reiterados em vários paciente. Seu olhar sobre o sindrômico não ultrapassava o corpo; o invisível ainda não era visto”.



Figura 2: Povo Mongol
Fonte: Matéria do Tempo, 2006

Todavia, a nomenclatura ‘Mongolóide’ foi fortemente criticada por pesquisadores Asiáticos e, ainda nos anos 60, foi substituída pelo nome ‘Síndrome de Down’, em homenagem ao seu observador (FSDOWN, 2011).

3.3 CUIDADOS COM A SAÚDE

De acordo com Cruz (2007), a pessoa com Síndrome de Down precisa receber exatamente o mesmo tipo de cuidado clínico que qualquer outra pessoa recebe, além de alguns cuidados especiais ou situações que demandam maior atenção.

Aproximadamente 80% das pessoas com síndrome de Down apresentam deficiências auditivas. Em torno de 40% dessas pessoas apresentam alguma doença cardíaca congênita, podendo necessitar de cuidados de um cardiologista por muitos anos. (JORNAL, 2011).

Boa parte dessas pessoas apresentam algum tipo de anormalidade intestinal que podem exigir correção cirúrgica. Problemas como catarata, estrabismo,

miopia, entre outras condições visuais podem ocorrer com frequência em pessoas com SD. (JORNAL, 2011).

Baixo peso ou excesso de peso podem ocorrer em pessoas com síndrome de Down, além de problemas hormonais como o hipotireoidismo. (JORNAL, 2011).

Problemas ortopédicos também são frequentes em pessoas com SD, tais como a subluxação da rótula (deslocamento incompleto ou parcial), luxação de quadril e instabilidade de atlanto-axial. (JORNAL, 2011).

Além disso, existem os aspectos imunológicos, leucemia, doença de Alzheimer, convulsões, apnéia do sono e problemas de pele. Todos estes podem requerer a atenção de especialistas. (JORNAL, 2011).

3.4 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO MOTOR, SOCIAL E EMOCIONAL, COGNITIVO E DA LINGUAGEM.

Desenvolver-se é um processo que envolve capacitação, aquisição de conhecimentos e ainda de habilidades. McConnaughey e Quinn (2007, p. 134) conceituam desenvolvimento como “[...] processo complexo de crescimento e aquisição de habilidades”.

Mantoan (1995) descreve as capacidades de crianças com necessidades especiais muito parecidas com as capacidades das demais crianças, ficando a principal diferença a cargo do tempo e do ritmo de desenvolvimento de cada uma.

Jarrett (2007, p. 115) afirma que “os bebês com síndrome de Down nascem com várias capacidades físicas e intelectuais. Sabemos que tais capacidades são diferentes das outras crianças, mas é impossível prever o potencial completo de qualquer criança, em uma tenra idade”.

Vygotsky (1991) descreve as crianças com deficiência como sociáveis e dóceis, de acordo com os estímulos recebidos.

Os experimentos com a vivência de tais crianças sem um outro ambiente melhor, demonstram que dentro de uma nova totalidade suas particularidades adquirem com frequência um aspecto completamente distinto: as crianças se tornam dóceis, amáveis, vivazes, e sociáveis. Com frequência se descobre que se tratava de crianças com uma sensibilidade muito elevada e que a diminuição da sensibilidade não é outra coisa que

uma reação defensiva, uma auto defesa, uma couraça biológica contra as influências nocivas do ambiente. (VIGOTSKY, 1991, p. 166-167).

Professores, familiares e sociedade precisam voltar sua atenção para as possíveis conquistas, não para as possíveis dificuldades dessas pessoas, porém, existe uma dificuldade em aceitar a diferença.

"O que temos que buscar é a força positiva do defeito, dirigindo-nos para alcançar o que é socialmente valorizado, construindo assim a auto-estima perdida ou não estabelecida" (PADILHA, 1997, p.33).

"É preciso [...] privilegiar suas potencialidades e talentos, recusando a suposição de seus limites para o que pode ser alcançado" (GÓES, 2002, p. 103).

"O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente". (SCHWARTZMAN, 1999, p. 246).

Para Vygotsky (1993), os fatores que interferem no desenvolvimento infantil são os mesmos tanto para crianças deficientes quanto para criança normais.

A criança cujo desenvolvimento está impedido por um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus pares; mais precisamente ela tem se desenvolvido diferentemente... uma criança em cada estágio de seu desenvolvimento, em cada uma dessas fases, representa uma singularidade qualitativa, isto é, uma estrutura orgânica e psicológica específica; exatamente no mesmo caminho uma criança deficiente representa qualitativamente uma diferença, um tipo único de desenvolvimento. (VIGOTSKY *apud* KNOX E STEVENS 1993, p. 16).

Faz parte do papel da escola preparar cidadãos aptos a lidar com as diferenças e aceitar os diferentes.

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão. (MANTOAN, 2003, p.91)

As crianças com SD podem atingir o mesmo desenvolvimento das demais, diferindo no tempo necessário para isso e necessitando estímulos e oportunidades adequadas que, muitas vezes, não recebem.

4 ARTE

Arte é o processo de representar algo, objetos, locais ou sentimentos, utilizado pelo artista para demonstrar sua visão de determinado assunto.

Para Hernández (2000, p. 129) a arte pode ser descrita como "uma forma de conhecer e representar o mundo".

Consideração importante sobre a arte é a realidade da subjetividade de cada obra, ficando sua compreensão aberta à cada indivíduo, já que existem formas diferentes de interpretar uma mesma imagem ou obra, de acordo com características particulares dos indivíduos.

A pós-modernidade, entre outras reflexões, abriu portas à importância de olhar a "arte" como uma representação de significados. Isso significa que, diante das obras, não há olhares nem verdades absolutas, ou aproximações formalistas (que se considere como uma categoria socialmente construída), mas sim que dependem do tempo, do lugar e do contexto. Isso faz com que a linguagem da arte fique sujeita ao escrutínio dos códigos simbólicos e das convenções culturais. Isso condiciona e possibilita as diferentes formas de interpretação (HERNÁNDEZ, 2000, p. 123).

O conceito de arte não pode ser estabelecido como algo estático, imutável, sofrendo influências culturais e do período analisado.

Sob este prisma, deve-se lembrar que:

“É preciso compreender a importância do fazer artístico como manifestação da atividade criativa do homem no mundo, para compreender assim a importância da Arte na escola” (SALDANHA et al., 1999, p. 11).

Apenas entendendo a arte em seu sentido mais amplo, é que o homem será capaz de reconhecer sua importância e entender que o ensino de tal matéria nas escolas trará benefícios consideráveis para os alunos enquanto educandos, mas acima de tudo, para seu desenvolvimento enquanto pessoas.

4.1 O ENSINO DA ARTE

Ensinar é o processo através do qual se compartilha conhecimento, teorias, práticas, idéias e ideais. Ensinar é uma troca que exige envolvimento, criatividade, curiosidade e interação entre as partes. (VYGOTSKY, 1998).

A educação é, fundamentalmente, um ato carregado de características lúdicas e estéticas. Nela procura-se que o educando construa sua existência ordenadamente, isto é, harmonizando experiências e significações. Símbolos desconectados de experiências são vazios, são insignificantes para o indivíduo. Quando a educação não leva o sujeito a criar significações fundadas em sua vida, ela se torna simples adestramento: um condicionamento a partir de meros sinais. (DUARTE JUNIOR, 1981, p. 56).

Quando se fala em arte e em ensino da arte, refere-se a arte enquanto uma ferramenta de aprendizado e desenvolvimento, diferente da arte de artistas e profissionais da área.

“A arte produzida pelos artistas e a função da arte na escola são objetos de estudos diferenciados, embora estejam intimamente entrelaçados”. (PILLOTTO E SCRAMM, 2001, p. 11).

O ato de ensinar envolve muito mais do que transmitir informações e exigir que sejam entendidas e lembradas. Ensinar é despertar curiosidade e senso crítico, levando o educando ao questionamento, à pergunta, e, acima de tudo, à reflexão.

Damazio (2004, p. 38) afirma que “a educação que pura e simplesmente transmite valores asfixia a valoração como ato”.

Quando praticamos o ensino e a aprendizagem da arte na escola surgem também questões que se referem ao seu processo educacional. Uma delas diz respeito aos posicionamentos que assumimos sobre o modo de encaminhar esse trabalho em consonância com os objetivos de um processo educativo escolarizado que atenda às necessidades de cultura artística no mundo contemporâneo (FERRAZ E FUSARI, 1999, p. 15).

A arte envolve alunos e professores em uma atividade cuja finalidade principal é o desenvolvimento, a melhoria das habilidades e formação de uma consciência criativa e inovadora nos indivíduos.

Como qualquer outra disciplina, a arte também deve levar a criança a perguntar, a buscar o novo, a querer descobrir aquilo que não sabe e entender aquilo que não entende.

4.2 ARTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A arte, enquanto disciplina e ferramenta, tem a possibilidade de levar o indivíduo a criar, imaginar, desenvolver características que outras disciplinas, muitas vezes, não conseguem desenvolver.

O surgimento da arte data de períodos extremamente antigos, quando o homem ainda não possuía os sistemas de contagem, contabilidade ou escrita que possui atualmente.

No entanto, apesar disso, a inclusão do ensino das artes nas escolas ainda é um processo recente e pouco reconhecido.

O ensino da arte existiu desde a origem do homem. Ensinar foi, na verdade, marca da evolução. Para que a arte chegasse aos dias de hoje, certamente houve quem ensinasse e quem aprendesse. Porém, na escola, ela ainda é bastante recente, e sofre constantes questionamentos e avaliações. Na escola especial, principalmente, ela vem sendo motivo de pesquisa (SALDANHA et al., 1999, p. 12).

A educação especial, enquanto principal forma de oferecer oportunidades iguais às pessoas, independentemente das diferenças que apresentam, ao utilizar-se da arte em seu curriculum, permite que os alunos tenham em mãos as mesmas ferramentas e de trabalho, podendo, assim, desenvolver a mesma qualidade criativa e crítica, apresentando ou não alguma deficiência.

Temos que levar a sociedade a buscar a arte em sua plenitude, e, ao ver que se trata de uma arte feita por pessoa portadora de deficiência, não fique surpresa e sim perceba desta forma, sem estranheza, que toda pessoa é capaz de se expressar através de signos artísticos (SALDANHA et al., 1999, p. 15).

A arte não é privilégio de alguns em detrimento a outros. Todos indivíduos são capazes de fazer arte, de produzir arte, não enquanto produto comercial, mas enquanto expressão da criatividade do ser humano.

4.3 HISTÓRICO DA ARTE E PINTURA

A arte faz parte do cotidiano dos povos há muitos anos. Antes ainda da escrita, ou de poder utilizar papéis, lápis, tintas e telas, o homem buscava uma maneira de se expressar e registrar sua história para gerações futuras.

“Há milênios, o homem passou a se diferenciar dos animais devido ao desenvolvimento da sua inteligência, e as marcas dessa passagem são a linguagem e a arte” (HONÓRIO, 2009, p. 16).

A arte faz parte do homem, de suas origens, de seu princípio e de seu

desenvolvimento. Criar é uma característica que somente o ser humano apresenta, porém, é preciso que tal característica seja estimulada atualmente, como foi no passado, quando o homem utilizava-se dela para marcar sua história e assegurar que seria transmitida.

“Por sua antiguidade, pode-se verificar que a arte é mesmo nosso direito inato. Ela teve início não na história, mas na pré-história, milhares de anos atrás”. (BECKETT, 1997, p. 10).

A pintura em paredes era a técnica utilizada por povos da antiguidade para registrar e perpetuar seus conhecimentos.

Nossos ancestrais paleolíticos, que viveram entre 30.000 e 8.000 a. C., eram [...] iletrados. Mas uma coisa é luminosamente certa: esses habitantes das cavernas da Idade da Pedra eram artistas, e não apenas no sentido de serem capazes de descrever em termos visuais os bichos com que tinham contato no dia-a-dia. Uma arte assim talvez não fosse mais que ilustração, e a pintura das cavernas é muito evidenciada em obras de uma argúcia e uma pujança que nunca foram superadas. (BECKETT, 1997, p. 10).

Além das figuras do cotidiano, as figuras abstratas também passaram a fazer parte da arte, por apresentarem formas diferentes e demonstrarem sentimentos e estado de espírito.

“O abstracionismo tornou-se o veículo perfeito para que os pintores explorassem e universalizassem idéias e sensações”. (BECKETT, 1997, p. 359).

Desde a antiguidade até nosso tempo, a pintura encanta e desperta sensações como curiosidade, alegria, saudade, desagrado...

Pintar em concreto ou numa casca de ovo. Pintar a neve, o mármore, a areia. Pintar o rosto, as mãos, a casa. Decorar um grão de arroz ou um palácio inteiro[...] Os homens pintam sobre as bases mais resistentes, assim como sobre as superfícies mais delicadas, flexíveis, transparentes. Essas pinturas atravessam os séculos ou se apagam com a primeira chuva, com o leve sopro do vento. (WERNECK, 1994, p. 30).

A pintura é uma arte antiga e moderna, que serve para perpetuar a história ou para descontraír, enfeitar, decorar.

4.4 A ARTE DE PINTAR CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

A criança com Síndrome de Down não é uma criança sem capacidades, fadada a permanecer na dependência de outros para viver, alimentar-se, locomover-se ou aprender, pelo contrário, as crianças com tal condição têm imensas capacidades de aprendizado e desenvolvimento, o que difere entre elas e crianças comuns, é o tempo que precisam para tal. (VYGOTSKY, 1998).

Na concepção de Leontiev (1991), quando uma criança com uma condição diferenciada, como a Síndrome de Down, encontra-se em condições adequadas, estimulantes e criativas, e quando os métodos de ensino apropriados são utilizados em seu processo de ensino, é possível que tal indivíduo supere sua condição e alcance o nível das demais.

Nesse sentido, a pintura pode aproximar as crianças com Síndrome de Down das demais, permitindo-lhes entender como usar materiais e cores para demonstrar seus sentimentos.

“A cor desempenha papel de suma importância em nosso dia-a-dia, atraindo nossa atenção, fornecendo informações e fazendo parte da nossa linguagem diária” (HONÓRIO, 2009, p. 126).

Além das cores, a pintura envolve diferentes texturas, podendo uma obra utilizar tintas mais lisas, mais ásperas, com relevos, enfim, texturas que estimulam a percepção.

“Quando falamos em textura, habitualmente nossas recordações nos levam à sensação do toque, ou seja, à percepção de uma superfície lisa ou áspera, por exemplo.” (HONÓRIO, 2009, p. 132).

5 FORMAÇÃO DOS DOCENTES

O ensino de qualquer área do conhecimento é realizado seguindo os conceitos e concepções do educador, já que este imprime suas características ao trabalho que realiza.

O professor assume o papel de ferramenta, sendo ele aquele que vai buscar informações e conhecimentos e compartilhar com todos em um mesmo ambiente.

Tendo-se como premissa que ensinar e aprender é um processo e também um fruto de um trabalho coletivo, o professor é uma peça fundamental no processo criativo, pois mediará as relações que o aluno terá com outras culturas em diferentes espaços e tempos. (HONÓRIO, 2009, p. 09).

Na concepção de Claparède (1961, p. 127), o professor deveria assumir o papel de:

Estimulador de interesses, despertador de necessidades intelectuais e morais. Em vez de ser o transmissor do conhecimento, deveria auxiliar os alunos na aquisição dos seus próprios conhecimentos possuídos por ele mesmo, ajudá-los a adquiri-los por si mesmos, através de trabalho e de pesquisas pessoais.

É com base nos desafios que o professor de artes oferece ao aluno, que está terá maiores possibilidades de desenvolver seu conhecimento e sua capacidade artística, levando-se os indivíduos a copiar cada vez menos e criar cada vez mais.

Por essa razão, é necessário propor trabalhos inovadores, e não somente a reprodução do que já foi criado. Quando se solicita ao aluno que pinte um desenho mimeografado, por exemplo, ocupa-se apenas o seu tempo, mas não há contribuição alguma para o seu desenvolvimento humano. Em contrapartida, quando se propõe que ele crie uma solução para um desafio, está se promovendo a construção de conhecimento, e assim, promovendo o seu desenvolvimento humano (HONÓRIO, 2009, p. 09).

O ensino da arte na educação básica tem despertado discussões e reflexões em diversas e diferenciadas instâncias, tais como as políticas, educacionais ou administrativas, devido à mudança nas legislações que regem o sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, desencadeiam-se ações centralizadas na melhoria da qualidade de ensino (FERREIRA, 2001).

Para que a tarefa de ensinar arte na educação básica alcance o sucesso que pode ter, é preciso que o professor seja preparado durante sua formação para

entender a arte em seus vários aspectos e abordagens, e para que tenha a capacidade de adequar-se às mudanças de paradigmas tão frequentes no cenário educacional no país.

As ações desenvolvidas estão relacionadas, dialeticamente, à formação do professor e, por isso mesmo, sujeitas ao sucesso ou fracasso. Nem sempre os professores estão preparados para esta ou aquela mudança e nem sempre as ações planejadas são condizentes à realidade que se pretende transformar (FERREIRA, 2001, p. 07).

O professor, peça chave no ensino, precisa conhecer a matéria que ensina, mas acima de tudo, precisa conhecer a realidade da arte, da escola e dos alunos, para que possa transformar suas práticas em atividades que envolvem o aluno e despertam sua vontade de participar.

Acreditamos que as ações educacionais só alcançam sucesso com a participação competente do professor, que é constituída não só pelo processo de sua formação escolar, como também por seus conhecimentos construídos nas experiências sociais (FERREIRA, 2001, p. 07).

Nesse sentido, o docente de artes precisa, acima de tudo, reconhecer a importância de seu papel na vida dos alunos. Em sala de aula, o docente representa uma ponte entre o conteúdo e o aluno. Fora dela, o docente representa um agente de afirmação de possibilidades, é ele que demonstra ao aluno que ele pode fazer aquilo que se propuser a fazer.

5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS

Ao falar em arte na escola, muitas pessoas ainda percebem tal conceito como colorir, pintar, dar cor à formas já existentes. No entanto, a arte abrange muito mais do que o desenho ou a pintura. A arte abrange todas as formas de expressão de criatividade.

“O trabalho com a linguagem artística se dará pelas artes visuais, música, teatro e dança, por meio de temas relevantes do cotidiano escolar e da vivência do aluno” (HONÓRIO, 2009, p. 09).

Todavia, muitos dos professores da própria disciplina de artes desconhecem as linguagens que podem utilizar em sua disciplina.

Desenho, música e dança podem desenvolver ‘a coordenação motora’ e ‘a percepção auditiva’, o teatro e a música podem ajudar na aprendizagem ou na fixação de conteúdos de outras disciplinas, assim como no ‘desenvolvimento da atenção, da concentração’, a música também é lembrada por seu caráter disciplinador – ‘serve para as crianças ficarem quietas’ – ou para distrair e acalmar os alunos ‘é bom para relaxar’, ‘serve para descansar a cabecinha das crianças’ (FERREIRA, 2001, p. 12).

A arte encontra-se na dança representando uma história, no teatro demonstrando algum sentimento, na música despertando alegria, tristeza ou qualquer outro sentimento, enfim, a arte está nas diferentes formas de levar o aluno a sentir.

Honório (2009) descreve as características e facetas de cada uma das linguagens de modo detalhado. Para a autora, as artes visuais têm a possibilidade de:

Criar formas artísticas demonstrando algum tipo de capacidade ou habilidade; estabelecer relações com o trabalho artístico produzido por si e por outras pessoas sem discriminações estéticas, artísticas, étnicas e de gênero; identificar alguns elementos da linguagem visual que se encontram em múltiplas realidades; reconhecer e apreciar vários trabalhos e objetos de arte por meio das próprias emoções, reflexões e conhecimentos; valorizar as fontes de documentação, preservação e acervo da produção artística (HONÓRIO, 2009, p. 13).

A dança, expressão e movimento do corpo, por sua vez, estimula o aluno a:

“Compreender a estrutura e o funcionamento do corpo e os elementos que compõem o seu movimento; interessar-se pela dança como movimento coletivo; compreender e apreciar as diversas danças como manifestações culturais” (HONÓRIO, 2009, p. 13).

A música, combinação de sons e notas formando expressões de sentimentos variados pode auxiliar o aluno a:

Interpretar, improvisar e compor, demonstrando alguma capacidade ou habilidade; reconhecer e apreciar os seus trabalhos musicais, de colegas e de músicos por meio das próprias reflexões, emoções e conhecimentos, sem preconceitos estéticos, artísticos, étnicos e de gênero; compreender a música como produto cultural histórico em evolução, sua articulação com as histórias do mundo, as funções, os valores e as finalidades que foram atribuídas a ela por diferentes povos e épocas; reconhecer e valorizar o desenvolvimento pessoal por meio da música, nas atividades de produção de conhecimentos sobre essa arte, como produto cultural e histórico (HONÓRIO, 2009, p. 13).

Por fim, o teatro, arte capaz de existir sozinha ou como um conjunto de todas as demais, pode fazer com que o aluno tenha a capacidade de:

“Compreender a linguagem dramática e estar habilitado para expressá-la; compreender o teatro como forma coletiva; compreender e apreciar as diversas formas de teatro produzidas nas culturas” (HONÓRIO, 2009, p. 13).

Sob este prisma, percebe-se que a arte tem a capacidade de envolver, de elevar o aluno a um grau de curiosidade e criatividade elevado, permitindo-lhe aprender que pode questionar o mundo e os acontecimentos, mas acima de tudo, que pode buscar as respostas para seus questionamentos através da expressão de seu corpo e de sua forma de arte.

5.2 METODOLOGIA APLICADA COM OS ALUNOS COM SD NA ARTE DE PINTAR

Devido ao desenvolvimento diferenciado das crianças com Síndrome de Down, é preciso considerar-se que a metodologia de ensino aplicada com estas crianças deve ser diferenciada, adaptando o conhecimento oferecido aos parâmetros de tais crianças.

“O deficiente pode não ver, mas não tem dificuldades em orientar-se ou em fazer música. Não ouve, mas escreve poesia. Não aprende matérias escolares, mas pode ser excepcional numa atividade profissional ou num desporto”. (FONSECA, 1995, p. 09).

A escola trata-se de um local específico para que as pessoas com qualquer deficiência possam equiparar-se aos demais, aprender, desenvolver-se, estabelecer suas preferências e as atividades que não gostam, enfim, a escola é uma ferramenta de desenvolvimento, ou deveria ser.

“Uma das situações mais críticas da vida do deficiente é a entrada na escola, isto é, a ruptura entre o envolvimento familiar e o envolvimento social. Daí a importância da entrada na escola ser prevista o mais cedo possível”. (FONSECA, 1995, p. 10).

Ao falar em arte, logo se recorre ao conceito da criação, da cultura de massa, das novidades e dos lançamentos, entre outros temas. Mas a arte tem uma utilidade que vai além deste âmbito. Utilizada também em tratamentos terapêuticos e como forma de socialização, a arte ganha mais uma característica importante de humanização: proporcionar às pessoas melhor qualidade de vida. (RUSTICHELLI, 2011).

Diversas instituições têm usado a arte como um recurso para a melhoria de alguns quadros relacionados com baixa-autoestima, depressão e falta de inserção social. “Idosos, pessoas com Síndrome de Down, dependentes químicos e portadores de doenças psíquicas têm conseguido resultados positivos ao participarem de atividades ligadas à música, dança pintura e artesanato”. (RUSTICHELI, 2011).

O que ocorre é que muitas vezes, o educador prepara atividades tendo em vista as dificuldades, e não as habilidades de um aluno com deficiência.

Muitas práticas pedagógicas caem num vazio cultural, exatamente porque exploram e valorizam as áreas fracas dos indivíduos, quer quando encaramos envolvimento familiares, quer escolares ou institucionais, algo que é inconcebível, pelo menos nos envolvimento terapêuticos. (FONSECA, 1995, p. 100).

Certamente as limitações do indivíduo não podem, e nem devem, ser desconsideradas, porém, não podem caracterizar-se como o centro do processo de ensino.

Escolher as tarefas que estão ao nível de acomodação do mediatizado é um ponto de partida fundamental para produzir a modificabilidade cognitiva. Partir daquilo que o indivíduo sabe fazer para atingir aquilo que ainda não sabe fazer, e, por isso, necessita ser mediatizado [...] (FONSECA, 1995, p. 100).

Nesse sentido, a pintura, enquanto possibilidade de levar a criança com SD a utilizar-se das cores, texturas, formas e sensações, atua como uma ferramenta de grande eficiência, cuja aplicação permite que o aluno inicie trabalhando dentro de suas aptidões atuais, porém, com a possibilidade de desenvolvê-las sempre mais.

6 METODOLOGIA

Pesquisa científica é o processo através do qual o pesquisador busca encontrar e agrupar as informações mais relevantes sobre o tema proposto.

A descrição detalhada e rigorosa dos procedimentos de campo ou laboratório utilizados, bem como dos recursos humanos e materiais envolvidos, do universo da pesquisa, dos critérios para seleção da amostra, dos instrumentos de coleta, dos métodos de tratamento dos dados, etc. Também é frequentemente chamada de materiais e métodos. (SANTOS, 2002, p. 37).

Nesse sentido, Gil (2007, p. 19) descreve a pesquisa científica como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos”

Andrade (2003) reafirma esta teoria conceituando pesquisa científica como “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos” (ANDRADE, 2003, p. 121).

O presente, denominado Mudanças de Atitudes do Docente e o desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down através da Arte de Pintar, será realizado com o intuito de responder um questionamento estabelecido: Como reconhecer e confiar em suas capacidades de superar dificuldades da Pessoa com Síndrome de Down através da Arte de Pintar.

O objetivo geral estabelecido para guiar o desenvolvimento do presente foi Propiciar mecanismos para elaboração de soluções, mediante as mudanças de Atitudes do Docente para o desenvolvimento das Pessoas com Síndrome de Down.

Como objetivos específicos, traçados para corroborar com a obtenção do objetivo geral foram estabelecidos: Identificar as principais características da Síndrome de Down; Esclarecer as limitações e capacidades das pessoas com SD no campo pedagógico e artístico; Caracterizar a história e o desenvolvimento histórico das técnicas de pintura; Apontar a importância do educador para o desenvolvimento da pessoa com SD, bem como citar os principais benefícios de desenvolvimento, socialização e integração através da utilização de técnicas de pintura.

A pesquisa realizada durante a condução do trabalho será de natureza descritiva com caráter qualitativo.

“As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.” (GIL, 2002, p. 42).

A metodologia qualitativa visa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. “Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc”. (MARCONI E LAKATOS, 2007, p.269).

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, o presente será conduzido por meio de pesquisa bibliográfica, uma etapa importante da pesquisa exploratória, através da qual se busca dados em materiais já existentes, como livros e artigos científicos, e é este tipo de pesquisa que embasa boa parte das pesquisas utilizadas em trabalhos científicos, estudos históricos e outros. (GIL, 2007).

7 PROJETO DE DOCÊNCIA

TÍTULO: Possibilidades e benefícios para os alunos com Síndrome de Down nas aulas de artes

Justificativa:

O ensino da arte é de total importância para os alunos em todas as idades, pois promove momentos de criação desenvolve as mais diversas habilidades. Quando se trata de alunos especiais a aula de artes não pode e não deve ser menos diversificada, do contrário, o professor deve oferecer aos seus alunos um ampla variedade de atividades e materiais, para que os mesmos possam apreciar e aprender com as aulas.

O aluno especial precisa ter contato com a arte de forma que seu envolvimento seja completo, independente de sua deficiência, o professor precisa possibilitar ao aluno um aprendizado qualitativo, onde aqueles alunos desenvolvam suas habilidades, coordenação motora, seus gostos, sua afetividade com os colegas e professores, assim como se sintam interessados e confiantes no processo da produção ao qual estão trabalhando.

Muitos professores ainda não se sentem capazes de realizar algumas atividades com alunos com SD, porque ainda falta especialização, conhecimento e até mesmo experiência na área, então irei propor um encontro com professores de arte, (Mesa Redonda) para socialização do meu projeto de pesquisa, meus questionamentos, minhas experiências, as possibilidades percebidas, os resultados da pesquisa, abrindo espaço também para os demais participantes para socialização de seus questionamentos e experiências de acordo com meu tema.

Objetivo Geral:

Possibilitar aos professores de artes de Araranguá que possam ampliar seus conhecimentos práticos e referenciais teórico na educação especial com foco nos alunos com Síndrome de Down através de um curso (mesa redonda).

Objetivos específicos:

- Discutir experiências e dúvidas com os demais professores de artes.
- Trocar idéias para a elaboração de atividades de artes com foco na pintura para alunos com SD.
- Ampliar o conhecimento teórico dos professores através da socialização do presente projeto.

Proposta de carga horária:

Horas-aula:

Teóricas: 12h

Público alvo: Professores de artes de Araranguá.

EMENTA:

Aulas de artes contribuindo para o desenvolvimento e mudanças de atitudes de alunos com Síndrome de Down através da pintura.

METODOLOGIA:

O curso será realizado em Araranguá, onde em média 30 professores de artes da rede municipal, estadual e particular serão convidados a participar. O curso (mesa redonda) será realizado em três dias alternados com duração de 4h diárias.

Aos participantes será apresentado o presente Trabalho de conclusão de curso, para a socialização e aprendizado de referencial teórico e dados bibliográficos.

Durante os encontros irei possibilitar aos professores que falem de suas experiências com alunos com SD, assim como exponham suas dúvidas e dificuldades, onde discutiremos possibilidades de aulas de artes com foco na pintura, e trocaremos idéias e vivências.

CONCLUSÃO

A Síndrome de Down caracteriza-se como uma condição genética, que afeta o indivíduo ainda durante seu desenvolvimento intra-uterino, comprometendo a coordenação motora, desenvolvimento psicológico e deixando aspectos físicos evidentes, como a face e mãos diferenciadas.

Durante muitos anos, as crianças com tal condição foram discriminadas e segregadas da sociedade, como se sua condição fosse vergonhosa e inaceitável. Os próprios pais não entendiam a síndrome e tinham vergonha de expor seus filhos aos olhares da sociedade.

Com o passar dos anos a doença foi estudada e melhor compreendida e percebeu-se que tais crianças têm condições de desenvolver-se, aprenderem, trabalhar, estudar, diferindo das demais somente no tempo que precisam para isso.

Com essa percepção, veio a mentalidade de que tais crianças merecem conviver com as demais, ter as mesmas oportunidades e desafios que as crianças comuns, fato que ocorreu através da educação inclusiva.

A criança com SD é levada para a sala de aula juntamente com todas as outras, e todos juntos aprendem que a diferença não representa inferioridade ou incapacidade, e deve ser respeita por todos.

A legislação brasileira estabelece que qualquer pessoa com deficiência, seja ela física ou intelectual, pelo fato de ser pessoa, têm os mesmos direitos à saúde, educação, cultura e lazer da demais, não sendo permitindo excluí-la de qualquer estabelecimento ou atividade em função de sua condição.

A Síndrome de Down não impede os alunos de realizar as atividades de artes destinadas aos demais, eles apenas precisam de um tempo diferenciado para tal. Os professores, por sua vez, podem usar as mesmas técnicas, apenas adaptando-as de modo a facilitar a compreensão da atividade e o desenvolvimento da mesma.

O uso da arte, através de tintas, pincéis, cores e texturas, estimulam a imaginação e a criatividade e permite uma redução expressiva no sentimento de diferença existente entre as crianças. Considerando-se a característica da arte de não existir certo ou errado, nem melhor ou pior, pode-se dizer que esta coloca os alunos todos em um mesmo patamar.

Quando estão com as tintas e pincéis, os alunos são somente alunos, sem que seja preciso pensar ou visualizar suas limitações ou diferenças. Cada um produz aquilo que lhe vai pela cabeça, sendo que para cada um exista uma exigência, a não ser a de produzir aquilo que melhor lhe aprouver.

Enquanto os adultos percebem a arte como uma forma de vida rentável, as crianças percebem tal atividade como uma forma de vida divertida, descontraída e agradável, através da qual podem criar mundos, personagens, situações e locais nos quais nunca estiveram, mas que carregam em sua mente.

Apesar do tempo diferenciado das crianças com SD, nada as impede de criar, de imaginar, de enxergar o que está intrínseco em uma folha de papel, tintas e pincéis, as inumeráveis possibilidades de criação que provém de tão simples recurso.

Fazer arte não significa fazer algo grandioso, de considerável valor comercial, mas sim, significa representar o belo, não o belo estabelecido pela sociedade, mas o belo aos olhos de cada aluno, de cada artista. Retratar o que lhe dá prazer e alegria, por mais que seja somente uma figura abstrata e sem valor para um adulto, trata-se de uma conquista para cada criança, no sentido de expressar-se livremente.

As escolas devem preparar-se, a cada dia mais, para receber tais crianças e oferecer-lhes uma educação voltada para suas necessidades, sem foco em suas dificuldades, mas com foco em suas capacidades, para que se tornem ainda mais desenvolvidas.

Os professores, enquanto ferramentas de ensino devem preparar-se para tal realidade, compreendendo seu papel fundamental para que as crianças com SD tenham a chance de desenvolverem suas habilidades e conquistarem seu espaço na sociedade.

Podemos concluir então que o aluno com Síndrome de Down tem total capacidade de realizar as mais variadas atividades de pintura, e que essas atividades só contribuem para o aprendizado desses alunos, pois os mesmos desenvolvem habilidades manuais, coordenação motora, imaginação, criatividade, e através do convívio com os colegas mantém um relacionamento igualitário, pois a afetividade também é desenvolvida nesse processo de produção e socialização durante as aulas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEREDO, Eduardo. **A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência**. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/senado/programas/svdp/docs/A_Subcomiss%E3o_de_Assuntos_Sociais_da_Pessoa_com_Defici%Eancia.doc> Acesso em 31 agosto de 2011.

BECKETT, Wendy, **História da pintura**. São Paulo: Ática, 1997.

BIANCHETTI, Lucídio. FREIRE, Ida Maria. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1998.

BRANCO, Andreza F. P. S. C. **Educação Inclusiva: concepções, formação e prática docentes**. João Pessoa: UFPB, 2007. (dissertação de mestrado)

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm> Acesso em 20 ago. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS DO GENOMA HUMANO. **Síndrome de Down**. São Paulo, 30/03/2010. Disponível em: <http://genoma.ib.usp.br/aconselhamento/condicoes-sindrome_down.php> Acesso em 30 ago. 2011.

CLAPARÈDE, Edouard. **A Escola e a Psicologia Experimental**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

CRUZ, Catarina Maria Souza. **Síndrome de Down: História e Inclusão**. Itabira: Quarup, 2007.

DAMÁZIO, Antônio. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DOWN, John Langdon. **Observações na classificação étnica de idiotas**. Literatura e Relatórios Clínicos do Hospital de Londres. 1886.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Fundamentos Estéticos da Educação**. São Paulo: Cortez, 1981.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T; FUSARI, Maria F. de Rezende e. **Metodologia do Ensino de Artes**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes: construindo caminhos**. São Paulo: Papyrus, 2001.

FSDOWN – Fundação Síndrome de Down. **O que é Síndrome de Down?** Disponível em: < http://www.fsdow.org.br/site/pasta_116_0__o-que-e-sindrome-de-down-.html> Acesso em 02 set. 2011.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial: programa de estimulação precoce – Uma introdução as ideias de Feuerstein**. 2 ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

GAIO, Roberta. MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Relações entre Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação**: contribuições da abordagem Histórico-Cultural. In: OLIVEIRA, M.K.; REGO, T.C.; SOUZA, D.T.R. (Orgs.) **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HONÓRIO, Cíntia Maria. **Arte & caminhos**: metodologia – ensino fundamental 1º ao 5º ano. Curitiba: Base Editorial, 2009.

IBGE. **Nosso povo**: características da população. Censo de 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/7a12/conhecer_brasil/default.php?id_tema_menu=2&id_tema_submenu=5> Acesso em 31 ago. 2011.

INSTITUTO Benjamin Constant. **As diversas definições**. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?itemid=396>> Acesso em 31 ago. 2011.

JARRETT, Marian H. **A vida familiar com seu filho**. In: STRAY-GUNDERSEN, Karen. **Crianças com Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. Tradução Maria Regina Lucena. Porto Alegre: Artmed, 2007.

JORNAL Viva Brasil. **Síndrome de Down**. Publicado em 15 ago. 2011.

Disponível em:

<http://jornalvivabrasil.com.br/saude/index.php?option=com_content&view=article&id=207:sindrome-de-down&catid=2:cuidados&Itemid=3> Acesso em 02 set. 2011.

LEONTIEV, Alexei N. **Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental**. In: LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Alexei. N. VYGOTSKY, Lev S. et al. **Psicologia e Pedagogia I**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Lisboa: Estampa, 1991.

LESHIM, Len. **Trissomia do cromossomo 21: A história da Síndrome de Down.** 1997. Disponível em: <<http://www.ds-health.com/trisomy.htm>> Acesso em 20 ago. 2011. Tradução da acadêmica.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Peculiaridades e semelhanças entre normais e deficientes face aos processos de desenvolvimento mental.** Temas sobre desenvolvimento. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATÉRIA do tempo. **A esquecida Mongólia.** Publicado em 12 mar. 2006. Disponível em: <<http://amateriadotempo.blogspot.com/2006/03/esquecida-monglia.html>> Acesso em 02 set. 2011.

MCCONNAUGHEY, French. QUINN, Patrícia O. **O desenvolvimento da criança com síndrome de Down.** In: STRAY-GUNDERSEN, Karen. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** Tradução Maria Regina Lucena. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Possibilidades de histórias ao contrário: ou como desencaminhar o aluno da classe especial.** São Paulo: Plexus, 1997.

PILLOTTO, Silvia Sell Darte. SCHRAMM, Marilene de Lima Korting. **Reflexões sobre o ensino das artes.** Joinville: Univille, 2001.

RUSTICHELLI, Talita. **Música, pintura e artesanato para pacientes.** 05 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.folhadaregio.com.br/Materia.php?Canal=Arquivo&id=278012>> Acesso em 08 nov. 2011.

SALDANHA, Ana Cláudia de Souza et al. **Manual de arte educação: uma dinâmica para o desenvolvimento.** Brasília, 1999.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula.** Porto Alegre: Evangraf, 2007.

STRAY-GUNDERSEN, Karen. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** Tradução Maria Regina Lucena. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TUNES, Elizabeth. PIANTINO, Lurdes Danezy. **Cadê a Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu...: O programa da Lurdinha.** 3 ed. Campina, São Paulo: Autores Associados, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em 21 ago. 2011.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

WERNECK, Cláudia. **Muito prazer, eu existo**: Um livro sobre as pessoas com Síndrome de Down. Rio de Janeiro: WVA, 1994.